

## 11º FÓRUM DE EXTENSÃO E CULTURA DA UEM

### A NECESSIDADE HISTÓRICA DA ESCOLA PÚBLICA INGLESA PARA A FORÇA DE TRABALHO INFANTIL: LIÇÕES DO LIVRO PRIMEIRO DE "O CAPITAL"

Saulo Testa (apresentador)<sup>1</sup>

Jeferson Diogo de Andrade Garcia<sup>2</sup>

Aline Fabiane Barbieri<sup>3</sup>

Ademir Quintilio Lazarini<sup>4</sup>

Rosângela Aparecida Mello (coordenadora)<sup>5</sup>

Este trabalho se constitui em um desdobramento do Projeto de Extensão intitulado "*Educação e Educação Física: Aproximações de Análise à Luz da Crítica da Economia Política*", que desenvolve atividades teórico-práticas centradas na leitura e discussão de "O Capital", de Karl Marx. Esta obra nos oferece elementos fundamentais para a compreensão da necessidade histórica da educação formal para os trabalhadores no século XIX, bem como, algumas tendências históricas decisivas para a compreensão da educação formal contemporânea. Considerando tais aspectos, neste texto, nosso objetivo foi resgatar, ainda que de forma introdutória, as bases históricas do surgimento da educação pública formal moderna na Inglaterra. Este resgate histórico foi realizado a partir da análise empreendida por Marx a respeito das implicações da apropriação capitalista da ciência e da maquinaria à educação da força de trabalho infantil. Neste contexto, fazemos a relação crítica da concepção equivocada segundo a qual a educação formal surge, prioritariamente, como um meio preparatório para o trabalho. Como conclusão, podemos apontar que a extensão da educação escolar a todos na Inglaterra buscou oferecer instrução básica e educação moral burguesa àqueles cuja função nas relações de produção capitalistas.

**Palavras-chave:** Escola pública. O Capital. Capitalismo.

**Área temática:** Educação.

**Coordenador(a) do projeto:** Rosângela Aparecida Mello, [rmello\\_ne@hotmail.com](mailto:rmello_ne@hotmail.com), Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (DEF/UEM).

#### Introdução

Em "O Capital", Karl Marx expôs a lei geral de acumulação capitalista e, além disso, nos ofereceu elementos fundamentais para a compreensão da necessidade histórica da educação formal para os trabalhadores no século XIX, bem como, algumas tendências históricas decisivas para a compreensão da educação formal

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM).

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM). Bolsista CAPES/DS.

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM). Bolsista CAPES/DS.

<sup>4</sup> Professor Doutor do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá (DFE/UEM).

<sup>5</sup> Professora Doutora do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (DEF/UEM).

contemporânea. Tendo em vista tais aspectos, neste texto, nosso objetivo foi resgatar, ainda que de forma introdutória, as bases históricas do surgimento da educação pública formal moderna na Inglaterra. Este resgate histórico foi realizado, predominantemente, a partir da análise do capítulo XIII, "*Maquinaria e Grande Indústria*", situado na Seção VI do Livro Primeiro de "*O Capital*". Capítulo esse em que Marx empreende uma análise a respeito das implicações da apropriação capitalista da ciência e da maquinaria à educação da força de trabalho infantil.

## Metodologia

Este é um estudo de caráter bibliográfico, visto que foi elaborado a partir de materiais já publicados. Entretanto, importante destacar que também foram utilizados dados empíricos da realidade, uma vez que estes refletem a real relação do objeto com a materialidade.

Como referencial teórico para a interpretação da realidade, esse estudo adotou a perspectiva materialista-histórica, apresentada por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), fundamentando-se, especialmente, nas categorias econômicas apresentadas no livro primeiro de *O Capital*. A opção por este aporte teórico-metodológico parte da destacada capacidade que a teoria marxiana ainda tem em oferecer elementos consistentes para o desvelamento e explicação mais profunda da realidade, caracterizada pelo modo de produção capitalista. Isto porque, por mais complexo que tenha se tornado este modo de produção, se comparado com a época em que escreveram Marx e Engels (século XIX), sua essência permanece intacta, marcada pela dominação do homem pelo homem, propriedade privada dos meios de produção e alienação humana.

## Discussão de Resultados

De início partimos da análise que Marx faz acerca dos "*Efeitos imediatos da produção mecanizada sobre o trabalhador*". Neste item, Marx buscou apresentar as repercussões gerais da "revolução dos meios de trabalho" sobre o trabalhador:

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre este objeto [...] a própria terra é um meio de trabalho, mas pressupõe, para servir como meio de trabalho na agricultura, uma série de outros meios de trabalho e um nível de desenvolvimento relativamente alto da força de trabalho (MARX, 1988, p.143).

A grande indústria se caracterizou pela introdução da máquina no processo de trabalho, principalmente, daquela que dispensou a força motriz do trabalhador. Além disso, a máquina, da qual parte a Revolução Industrial, substituiu o trabalhador que manejava uma única ferramenta, por um mecanismo que passou a operar diversas ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez. Essa revolução culminou na simplificação de muitas atividades produtivas. Com isso, a força de trabalho de mulheres e crianças, oriundas das classes não proprietárias, passou a poder ser aproveitada pelo setor produtivo. Assim, houve um grande admissão de força de trabalho infantil na indústria crescente, como pode-se observar a partir dos dados apresentado por Marx, que evidenciam o aumento absoluto de crianças trabalhadoras entre 1850 e 1862 nas indústrias de tecelagem na Inglaterra:

**Tabela 1** – Número absoluto de trabalhadores após a duplicação da velocidade dos teares na Inglaterra entre 1850 e 1862.

Ano	Nº de trabalhadores	Nº de crianças com menos de 14 anos na fábrica
1850	79.737	9.956
1856	87.794	11.228
1862	43.048	13.178

FONTE: Tabela elaborada a partir de Marx (1984, p. 34).

Além da crescente diminuição absoluta e relativa – ao aumento de crianças e mulheres – de operários nas fábricas, pode-se compreender que a maquinaria permitiu a transformação de crianças e mulheres em "*forças suplementares de trabalho*", fator que contribuiu decisivamente para baixar o custo individual da força de trabalho.

A inclusão da mulher no processo produtivo capitalista, combinada às altas jornadas de trabalho e às condições de miséria da classe trabalhadora acabou por provocar um aumento da taxa de mortalidade dos filhos dos trabalhadores durante seus primeiros anos de vida:

Na Inglaterra, há 16 distritos de registro em que, na média anual, para cada 100 mil crianças vivas com menos de 1 ano de idade, só ocorrem 9085 casos de óbito [...] em 24 distritos, mais de 10 mil [...] as altas taxas de mortalidade se devem principalmente à ocupação extradomiciliar das mães e ao descuido e mau trato das crianças daí decorrentes – entre outras coisas, alimentação inadequada, falta de alimentação, administração de opiatos etc. – além da alienação antinatural das mães contra seus filhos, e conseqüentemente esfomeação e envenenamento propositais (MARX, 1984, p. 25).

Também havia os problemas decorrentes dos males causados pelo processo de trabalho, provenientes desde a manufatura - no seu segundo estágio com a divisão parcelaria do trabalho – e intensificados com a aplicação da maquinaria.

Tendo em vista tais aspectos, estabeleceu-se a necessidade de se combater os males do trabalho sobre as crianças e demais trabalhadores, sendo este fato, o que impulsionou o parlamento inglês a fazer do ensino primário a condição legal para o uso "produtivo" de crianças com menos de 14 anos em todas as indústrias sujeitas às leis fabris:

[...] a devastação intelectual, artificialmente produzida pela transformação de pessoas imaturas em meras máquinas de produção de mais valia – que deve ser bem distinguida daquela ignorância natural que deixa o espírito ocioso sem estragar sua capacidade de desenvolvimento, sua própria fecundidade natural – obrigou, finalmente, até mesmo o parlamento inglês a fazer do ensino primário a condição legal para o uso "produtivo" de crianças com menos de 14 anos em todas as indústrias sujeitas as leis fabris. O espírito da produção capitalista resplandeceu com brilho na redação indecente das assim chamadas clausulas educacionais da legislação fabril, na falta de maquinaria administrativa, que torna esse ensino compulsório novamente em grande parte ilusório, na oposição dos fabricantes até mesmo contra essa lei do ensino e em artimanhas praticas e trapaças para deixarem de cumpri-la (MARX, 1984, p.26).

Vale ressaltar que, antes mesmo de o Estado criar as leis fabris, emergiram diferentes formas de reação dos trabalhadores às condições de trabalho as quais estavam submetidos. Destacam-se, neste momento histórico, os movimentos de

destruição de máquinas<sup>6</sup> por trabalhadores de fábricas, embates por aumento de salário e lutas pela redução da jornada de trabalho, que girava em torno de 14 e 16 horas. As lutas dos trabalhadores contra estas condições contribuíram com a diminuição da exploração do trabalho infantil, por meio da redução da jornada de trabalho e pela obrigatoriedade da escolarização das crianças trabalhadoras a cargo dos seus empregadores.

Estes foram os principais fatores que ocasionaram, em 1833, a criação de leis fabris, como apresenta Marx (1984, p. 33):

Assim que a revolta cada vez maior da classe operária obrigou o Estado a reduzir à força a jornada de trabalho e a ditar, inicialmente às fábricas propriamente ditas, uma jornada normal de trabalho, a partir desse instante, portanto, em que se impossibilitou de uma vez por todas a produção crescente de mais valia mediante o prolongamento da jornada de trabalho, o capital lançou-se com força total e plena consciência a produção de mais valia relativa por meio do desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas.

Conforme Marx (1984, p. 86), a lei fabril inglesa criou um condicionante para o emprego de crianças nas fábricas:

[...] Segundo a lei fabril inglesa, os pais não podem mandar crianças com menos de 14 anos para as fábricas "controladas" sem fazer com que recebam instrução primária. O fabricante é responsável pelo cumprimento da lei. "O ensino de fábrica é obrigatório e pertence às condições de trabalho". (aspas no original)

Estava posto por esta lei a obrigatoriedade do patrão em pagar o ensino para as crianças empregadas na produção. O fato de se colocar a educação como condição obrigatória se estabelecia, principalmente, para combater os males do trabalho sobre as crianças e demais trabalhadores.

A aplicação dessas leis fabris ocasionou uma situação de desemprego infantil em massa. De tal maneira, o desenvolvimento tecnológico acabou por "produzir desemprego infantil", o que, por sua vez, evidenciou um grande problema para a época: a inexistência de alternativas, de caráter útil, de ocupação do tempo disponível das crianças "desempregadas", cujos pais trabalhavam o dia todo e, por isso, não poderiam dar assistência e atendimento necessário aos filhos.

Estavam postas, inicialmente, as condições que tornaram o surgimento da escola pública uma necessidade histórica. Com isso, o Estado passou a se responsabilizar pela educação dos filhos da classe trabalhadora, fazendo com que a escola deixasse de ser uma instituição exclusivamente frequentada pelos filhos dos burgueses e aristocratas.

Em 1870 foi criada a lei que estabelecia a educação pública e permitia também a educação particular, que era assegurada pelas igrejas anglicanas. A obrigatoriedade só veio em 1876, para o ensino primário, único mantido pelo Estado (ALVES, 2001). Com a simplificação dos processos de trabalho, uma educação preparatória para tais atividades tornou-se desnecessária, uma vez que as tarefas se tornaram tão

---

<sup>6</sup> Este foi o caso do Movimento *Luddita*. Este movimento "foi uma das organizações dos trabalhadores ingleses que surgiram como reação às consequências da Revolução Industrial que, ao iniciar a implementação da produção mecanizada no setor fabril, desempregava um grande número de trabalhadores e os atirava à própria sorte. O *luddismo* se fez presente com grande força na Inglaterra entre 1811 a 1818, caracterizando-se por destruir e queimar máquinas. Tal como ocorreu com todos os movimentos dos trabalhadores da nova grande indústria burguesa, foi perseguido impiedosamente pelo governo britânico a serviço do capital industrial inglês" (LAZARINI, 2010, p. 208).

simples que os trabalhadores aprendiam a realizá-las no próprio processo produtivo. Como aponta Mello (2009, p.115):

[...] desde o século XVIII se desenvolve com a divisão social do trabalho a preocupação com a formação da classe trabalhadora em duas perspectivas: uma no sentido de compensar os problemas do trabalho simplificado, e a outra com o propósito de formar força de trabalho altamente qualificada para dar continuidade ao aperfeiçoamento tecnológico. A escola para todos trata muito mais da primeira proposição do que da segunda. É fundamental à sobrevivência do capital a crescente base técnico-científica, mas esta não é necessária à ocupação de todos os trabalhadores. Por conseguinte, a extensão da escola para todos significa muito mais dar instrução básica e educação moral àqueles cuja função dentro da fábrica exige qualificações mínimas, além de dar essa mesma formação a todos os assalariados em potencial.

Observa-se, portanto, que a educação para a classe trabalhadora vem no intuito de compensar as degenerações ocasionadas pelo processo de trabalho simplificado e mecanizado, bem como para promover uma educação moral burguesa, uma vez que não há necessidade de qualificar a força de trabalho de uma grande parcela da classe trabalhadora. Essa perspectiva de análise contraria a tese muito disseminada segundo a qual a generalização da escola pública no século XIX teria ocorrido prioritariamente visando formar a classe trabalhadora para os processos de trabalho produtivo.

## Conclusões

Como exposto, a Inglaterra foi à primeira nação a ter um investimento estatal na educação, investimento este, voltado não à formação de crianças para os processos produtivos, mas sim, para amenizar os efeitos imediatos e mediatos dos processos produtivos industriais. Em suma, a necessidade da educação na Inglaterra e, - e também na atualidade – não tem relação direta com o processo de trabalho, mas sim, com a compensação dos efeitos do trabalho e com a formação moral da classe trabalhadora.

## Referências

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

LAZARINI, Ademir Quintilio. **A relação entre capital e educação escolar na obra de Dermeval Saviani**: apontamentos críticos. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (v. 1 t.2 Capítulos 14 a 25).

MELLO, Rosângela Aparecida. **A necessidade histórica da educação física na escola**: a emancipação humana como finalidade. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.